

AGRICULTURA FAMILIAR, SUSTENTABILIDADE, ALIMENTAÇÃO E FEIJÃO CRIOULO: CONTRIBUIÇÕES PARA O TURISMO RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Silmara dos Santos Fonseca¹
Norma Schlickmann Lazaretti²
Mauro Gomes da Silva Junior³
Edson Batista de Castro⁴
Rosislene de Fátima Fontana⁵
Andreia Cristina Peres Rodrigues da Costa⁶

RESUMO: O desenvolvimento rural sustentável tem sido amplamente discutido como alternativa aos modelos produtivos convencionais, especialmente diante dos desafios ambientais, sociais e econômicos contemporâneos. Nesse contexto, a agricultura familiar destaca-se por sua capacidade de integrar produção de alimentos, conservação ambiental e valorização cultural. Associada a esse modelo, a agricultura de subsistência e o uso de sementes crioulas contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade e da segurança alimentar. O presente estudo, de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, tem como objetivo analisar a relação entre agricultura familiar, sustentabilidade e alimentação, com ênfase no feijão crioulo como elemento representativo dessas dinâmicas, além de discutir sua inserção no turismo rural. A análise evidencia que o feijão crioulo ultrapassa a dimensão produtiva, constituindo-se como patrimônio cultural e potencial recurso para experiências turísticas baseadas na identidade local. Conclui-se que a articulação entre produção tradicional, cultura alimentar e turismo rural pode contribuir significativamente para o desenvolvimento rural sustentável.

1

Palavras-chave: Sementes crioulas. Agroecologia. Segurança alimentar. Patrimônio cultural.

¹ Bióloga, Mestranda em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE – Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon / PR.

² Engenheira Agrônoma. Mestre em Agronomia. Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE – Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon / PR. Professora do Centro Universitário Assis Gurgacz.

³ Engenheiro Agrônomo. Mestre em ciências agrárias. Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE – Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon / PR.

⁴ Gestor Ambiental, Especialista em engenharia ambiental e sanitária Mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE – Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon / PR.

⁵ Turismo e Hotelaria, Doutora em Turismo e Hotelaria – UNIVALI – Itajaí/SC, Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE – Campus Universitário de Cascavel/PR.

⁶ Engenheira Agrônoma Professora Dra. da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, PR.

INTRODUÇÃO

A intensificação dos debates sobre sustentabilidade tem evidenciado a necessidade premente de repensar os modelos de produção agrícola, sobretudo diante dos impactos ambientais crescentes e das profundas desigualdades sociais associadas à agricultura convencional (FAO, 2014; MALUF; PRADO, 2015). O modelo hegemônico, focado na monocultura e no uso intensivo de insumos químicos, tem gerado externalidades negativas significativas, como a degradação do solo, a contaminação da água, a perda de biodiversidade e a dependência econômica de pequenos produtores. Esse cenário complexo, gerado pelas forças de um mercado agroalimentar globalizado, impõe uma leitura que ultrapassa a mera contabilidade financeira da produção rústica, exigindo transformações estruturais profundas na dinâmica dos territórios (DOWBOR, 2017). Ganha destaque, portanto, a valorização de sistemas produtivos que não apenas buscam a eficiência econômica, mas que também priorizam a conservação ambiental e a promoção da justiça social, alinhando-se aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

A agricultura familiar insere-se nesse contexto como uma forma de organização produtiva que articula de maneira intrínseca trabalho, cultura e território. Conforme argumenta Schneider (2010), o espaço rural contemporâneo não pode ser reduzido à sua função meramente produtiva, mas deve ser compreendido como um espaço multifuncional, no qual se integram dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. Nesse sentido, a análise sociológica das estruturas agrárias ensina que a atividade agrícola não constitui uma esfera isolada, devendo necessariamente interagir de modo interdisciplinar com as ciências sociais para capturar a complexidade das interações humanas no campo (JOLLIVET, 1998). Essa multifuncionalidade confere à agricultura familiar um papel estratégico no desenvolvimento rural sustentável, indo além da simples produção de alimentos para abranger a manutenção de paisagens, a conservação de recursos naturais e a reprodução de modos de vida tradicionais (FIGUEIREDO, 1984; ZONIN et al., 2023).

Nesse âmbito, a agricultura de subsistência desempenha um papel relevante, pois prioriza a produção voltada ao autoconsumo e à diversificação de cultivos, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e para a manutenção de práticas agrícolas tradicionais. Sob uma perspectiva ecológica e integradora, entende-se que as unidades de produção agrossilvipastoris funcionam como sistemas vivos interconectados, cujos fluxos de energia e ciclos de nutrientes espelham os princípios de redes ecológicas autorreguladas (CAPRA, 2002).

Essas práticas sustentáveis estão diretamente associadas ao uso de sementes crioulas, que representam não apenas recursos genéticos valiosos, mas também a continuidade de conhecimentos e saberes transmitidos entre gerações, sendo um pilar da agrobiodiversidade (ALTIERI, 2012). A preservação dessas sementes é crucial para a resiliência dos sistemas agrícolas frente às mudanças climáticas e para a autonomia dos agricultores.

O feijão crioulo, em particular, destaca-se nesse cenário por sua importância alimentar, cultural e produtiva. Historicamente, o resgate de cultivos alimentares de base camponesa e a superação dos regimes de monoculturas exportadoras são apontados como premissas biológicas e geográficas essenciais para o combate à desnutrição crônica e para a soberania alimentar dos povos (CASTRO, 1984). Além de ser uma fonte vital de nutrição, a valorização do feijão crioulo pode extrapolar o âmbito agrícola, sendo incorporada a estratégias de turismo rural que buscam oferecer experiências autênticas e imersivas, baseadas no modo de vida do campo e na riqueza da cultura alimentar local. A narrativa em torno do feijão crioulo, desde seu cultivo até seu preparo e consumo, pode se tornar um atrativo turístico, gerando renda e valorizando a identidade territorial.

A pesquisa busca contribuir para a compreensão de como a valorização de sistemas produtivos tradicionais e a promoção da agrobiodiversidade podem impulsionar o desenvolvimento rural de forma mais equitativa e sustentável (ZONIN et al., 2023). Esta investigação justifica-se pela urgente necessidade de superar abordagens extensionistas puramente tecnicistas e impositivas, substituindo-as por processos dialógicos de real comunicação com as famílias agricultoras (FREIRE, 1983).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar as relações complexas e interconectadas entre agricultura familiar, sustentabilidade e alimentação, destacando o feijão crioulo como um elemento integrador dessas dinâmicas e discutindo seu potencial no turismo rural.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura familiar tem sido reconhecida globalmente como um dos principais pilares do desenvolvimento rural sustentável, especialmente por sua capacidade intrínseca de promover sistemas produtivos diversificados e adaptados às condições edafoclimáticas e socioculturais locais. Sua relevância transcende a mera produção de alimentos, abrangendo dimensões sociais, econômicas e ambientais que são cruciais para a resiliência dos territórios

rurais (FIGUEIREDO, 1984). Do ponto de vista epistemológico, compreender a sustentabilidade no espaço rural demanda uma quebra de paradigmas lineares e cartesianos, exigindo uma nova atitude aberta à interdisciplinaridade e à percepção de conexões latentes entre os fenômenos produtivos e humanos (FAZENDA, 2002).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014), a agricultura familiar desempenha um papel central na produção de alimentos e na segurança alimentar global, sendo responsável por uma parcela significativa do abastecimento interno em diversos países, especialmente em nações em desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que a agricultura familiar é responsável por uma parcela expressiva da produção de alimentos básicos, como mandioca (80%), feijão (70%), milho (50%) e leite (34%), além de ocupar cerca de 77% dos estabelecimentos rurais do país (IBGE, 2017). Esse protagonismo está diretamente relacionado à diversidade de cultivos e à utilização de práticas menos intensivas em insumos externos, o que a diferencia dos modelos de agronegócio em larga escala, os quais frequentemente aceleram a concentração de renda e terra através de pacotes tecnológicos homogêneos (FIGUEIREDO, 1984).

Nesse sentido, Schneider (2010) enfatiza que a agricultura familiar não deve ser compreendida apenas sob a ótica econômica, mas também como um fenômeno social e cultural complexo, no qual se articulam formas de vida, saberes tradicionais e estratégias de reprodução social. Trata-se de um sistema que integra produção e cultura, valorizando a mão de obra familiar, a transmissão de conhecimentos entre gerações e a construção de identidades territoriais. Para que essas potencialidades se materializem em desenvolvimento regional efetivo, torna-se imprescindível descentralizar as decisões econômicas e políticas, fortalecendo as instâncias de gestão social local e fomentando o chamado paradigma da colaboração em oposição à competição predatória (DOWBOR, 2017). Essa abordagem multifuncional permite que a agricultura familiar contribua para a geração de renda, a fixação do homem no campo, a redução das desigualdades sociais e a preservação do patrimônio cultural e natural.

Estudos recentes, como os de Martins et al. (2025), reforçam essa perspectiva ao indicar que a agricultura familiar tende a adotar práticas mais sustentáveis, especialmente quando associada aos princípios da agroecologia. A agroecologia fornece os fundamentos ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas que sejam produtivos e conservacionistas ao mesmo tempo, otimizando as interações biológicas recíprocas entre os componentes do solo e

da agrobiodiversidade (ALTIERI, 2012). Desse modo, ao promover a diversificação de culturas, a rotação de culturas, o uso de adubos verdes e a integração lavoura-pecuária-floresta, ela contribui significativamente para a conservação dos recursos naturais, a melhoria da fertilidade do solo, a proteção da biodiversidade e a resiliência dos sistemas produtivos frente às intempéries climáticas (MARTINS et al., 2025; BICA; MENGARELLI; ALVARES, 2020). Essa sinergia entre agricultura familiar e agroecologia é fundamental para a construção de um desenvolvimento rural que seja ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

3. AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E PRÁTICAS TRADICIONAIS

A agricultura de subsistência, muitas vezes marginalizada em discursos que priorizam a produção em larga escala, caracteriza-se pela produção voltada prioritariamente ao consumo da própria unidade familiar, sendo comum a comercialização apenas dos excedentes. Este modelo, profundamente enraizado em diversas culturas rurais, está fortemente associado à diversidade de cultivos e ao uso de técnicas tradicionais, transmitidas e aprimoradas ao longo de gerações. O resgate dessas dinâmicas tradicionais contrapõe a lógica homogeneizadora agroindustrial, a qual, em nome de uma suposta modernização tecnológica coercitiva, tentou silenciar os conhecimentos populares e as visões de mundo camponesas (FREIRE, 1983).

5

Segundo Favarato e Jarreta (2025), a agricultura de subsistência desempenha um papel estratégico na manutenção de sistemas alimentares locais, uma vez que favorece a produção diversificada e reduz a dependência de mercados externos e de cadeias de suprimentos globais. Em vez de priorizar a especialização produtiva, que pode levar à vulnerabilidade econômica e ambiental, esse modelo valoriza a variedade de culturas e a autonomia do produtor, o que contribui significativamente para a segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades (MALUF; PRADO, 2015). A quebra desses arranjos tradicionais locais e a sua substituição forçada por latifúndios monocultores mercantilistas historicamente resultaram no fenômeno da 'fome endêmica', desestruturando as condições de equilíbrio nutricional que as populações regionais detinham a partir de suas próprias terras (CASTRO, 1984). A diversificação de culturas não apenas garante uma dieta mais equilibrada, mas também minimiza os riscos de perdas totais em caso de pragas ou condições climáticas adversas.

Além disso, a diversidade presente nesses sistemas funciona como um mecanismo de adaptação intrínseco às incertezas ambientais, tornando-os mais resilientes às mudanças

climáticas e às oscilações de mercado. A utilização de sementes crioulas e a aplicação de conhecimentos tradicionais sobre o manejo do solo, da água e das plantas permitem que os agricultores de subsistência desenvolvam sistemas produtivos que são naturalmente mais robustos e menos dependentes de insumos externos caros e muitas vezes prejudiciais ao meio ambiente. Essa resiliência biológica baseia-se no mimetismo dos ecossistemas naturais, onde a biodiversidade vegetal atua como o principal fator de autorregulação e manutenção da fertilidade edáfica de longo prazo (ALTIERI, 2012). Dessa forma, a agricultura de subsistência pode ser compreendida como uma estratégia sustentável, baseada na autonomia, no conhecimento tradicional e na capacidade de auto-organização das comunidades rurais (SANTOS; FONSECA, 2004). Essa resiliência é um fator crucial em um cenário global de crescentes desafios ambientais e econômicos.

4. SUSTENTABILIDADE NO MEIO RURAL

A sustentabilidade no meio rural é um conceito multifacetado que envolve a integração harmoniosa de aspectos ambientais, sociais e econômicos, buscando garantir a continuidade dos sistemas produtivos e a qualidade de vida das comunidades sem comprometer os recursos naturais para as futuras gerações. Sob o ponto de vista da economia política da sustentabilidade, Dowbor (2017) enfatiza que esse objetivo exige uma confrontação direta contra a hegemonia do capital financeirizado e improdutivo, o qual tende a mercantilizar os bens comuns naturais e a asfixiar a viabilidade das pequenas economias territoriais. Essa abordagem holística é fundamental para contrapor os modelos de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico a qualquer custo, muitas vezes em detrimento do equilíbrio ecológico e da equidade social.

De acordo com a FAO (2014), a adoção de práticas sustentáveis na agricultura está diretamente relacionada à diversificação produtiva, ao uso eficiente dos recursos naturais e à valorização das comunidades locais. A diversificação de culturas, por exemplo, não apenas aumenta a resiliência dos sistemas agrícolas a pragas e doenças, mas também contribui para a manutenção da biodiversidade e para a segurança alimentar. O uso eficiente da água e do solo, por sua vez, minimiza o impacto ambiental da produção e otimiza a utilização de recursos finitos. Além disso, a valorização das comunidades locais, por meio do fortalecimento de cadeias produtivas curtas e do apoio ao comércio justo, é essencial para garantir a viabilidade econômica e social da agricultura familiar (MALUF; PRADO, 2015).

Nesse contexto, a sustentabilidade no meio rural exige uma visão integrada que reconheça a interdependência entre os sistemas humanos e naturais. A promoção de práticas sustentáveis não é apenas uma necessidade ambiental, mas também um imperativo ético e social, que busca garantir um futuro digno para as gerações presentes e vindouras. A transição para modelos mais sustentáveis requer o engajamento de diversos atores, desde os agricultores e suas organizações até os gestores públicos e a sociedade civil, em um esforço coletivo para construir sistemas alimentares mais resilientes, justos e em harmonia com a natureza (ZONIN et al., 2023).

5. ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

A relação entre alimentação e agricultura familiar é intrínseca e fundamental para a segurança alimentar e nutricional das populações rurais e urbanas. De acordo com CASTRO; FREITAS (2021), a agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos básicos consumidos pela população brasileira, o que reforça seu papel fundamental na segurança alimentar do país. Essa produção diversificada, que inclui grãos, frutas, verduras, legumes e produtos de origem animal, é frequentemente associada a práticas tradicionais de cultivo e manejo, que influenciam não apenas o que é produzido, mas também como os alimentos são preparados, conservados e consumidos. A proximidade entre produtor e consumidor, muitas vezes mediada por feiras locais e mercados institucionais, contribui para a valorização dos alimentos frescos, sazonais e culturalmente relevantes. Para qualificar e resguardar juridicamente essas dinâmicas curtas de comercialização, ganham espaço as estratégias socioparticipativas de garantia da qualidade biológica, as quais atestam os atributos dos produtos sem excluir os camponeses por meio de auditorias burocráticas e onerosas (SANTOS; FONSECA, 2004).

Nesse sentido, Fischler (1995) argumenta que a alimentação vai muito além de uma mera necessidade biológica de subsistência, constituindo-se como um elemento poderoso de identidade cultural e social. Os alimentos produzidos na agricultura familiar, portanto, carregam consigo significados que refletem modos de vida, tradições, saberes ancestrais e relações comunitárias. O ato de comer, nesse contexto, é um ritual que celebra a cultura, a história e a conexão com a terra. A preservação da diversidade de alimentos e das práticas culinárias tradicionais é, assim, um componente essencial da segurança alimentar e da soberania alimentar, que se refere ao direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias

sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos (MALUF; PRADO, 2015). Na busca por consolidar esse direito, a extensão rural assume um papel pedagógico fulcral: em vez de exercer uma invasão cultural de receitas genéricas e insumos industriais, deve atuar como promotora de processos comunicativos horizontais, valorizando a herança gastronômica e camponesa local (FREIRE, 1983).

A valorização da alimentação proveniente da agricultura familiar também se alinha com a crescente demanda por alimentos mais saudáveis, produzidos de forma sustentável e com menor impacto ambiental. A preocupação com a origem dos alimentos, com os métodos de produção e com os benefícios para a saúde tem impulsionado o consumo de produtos orgânicos e agroecológicos, nos quais a agricultura familiar se destaca. Dessa forma, a alimentação na agricultura familiar não é apenas uma questão de subsistência, mas um pilar para a construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.

6. SEMENTES CRIOULAS E AGROBIODIVERSIDADE

As sementes crioulas, também conhecidas como sementes tradicionais ou sementes da paixão, são o resultado de processos históricos e contínuos de seleção, conservação e aprimoramento realizados por agricultores ao longo de gerações. Elas são intrinsecamente adaptadas às condições edafoclimáticas e socioculturais locais, e estão profundamente associadas a práticas culturais específicas, representando um elo vital entre a natureza e a cultura humana. Diferentemente das sementes comerciais, que são desenvolvidas para alta produtividade em condições controladas e com alto uso de insumos, as sementes crioulas são selecionadas pela sua capacidade de se adaptar a ambientes diversos e pela sua resiliência a pragas e doenças sem a necessidade de agrotóxicos (BICA; MENGARELLI; ALVARES, 2020). Essa seleção adaptativa demonstra que o avanço biológico não se faz de forma linear em laboratórios isolados, mas emerge de processos coevolutivos complexos e sistêmicos, integrados ao tecido das comunidades agrárias (CAPRA, 2002).

Segundo Shiva (2001), essas sementes representam um patrimônio coletivo da humanidade, fundamental para a soberania alimentar e para a autonomia dos agricultores. A perda da diversidade genética das sementes crioulas, impulsionada pela padronização da agricultura industrial, significa não apenas a perda de variedades de plantas, mas também a perda de conhecimentos tradicionais, de culturas alimentares e da capacidade de adaptação dos sistemas agrícolas. Sob a ótica do planejamento de agroecossistemas resilientes, as sementes

crioulas funcionam como o cerne da agrobiodiversidade, agindo como seguradoras ecológicas essenciais diante das variações extremas impostas pelas crises climáticas contemporâneas (ALTIERI, 2012). A conservação das sementes crioulas é, portanto, um ato de resistência e de afirmação da diversidade cultural e biológica.

Altieri (2012) destaca que essa diversidade genética é essencial para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, pois aumenta a capacidade de adaptação das culturas às mudanças ambientais, incluindo as variações climáticas e o surgimento de novas pragas e doenças. A monocultura, ao reduzir a diversidade genética, torna os sistemas agrícolas mais vulneráveis e dependentes de intervenções externas. Em contraste, a agrobiodiversidade promovida pelas sementes crioulas confere maior estabilidade e resiliência aos agroecossistemas, permitindo que os agricultores mantenham a produção mesmo em condições adversas. Para assegurar a perenidade e a livre circulação desse patrimônio genético face às investidas de patentes corporativas, as redes ecológicas locais estruturam sistemas participativos e autogestionários de certificação e proteção, legitimando a circulação desses materiais tradicionais através da cooperação de base comunitária (SANTOS; FONSECA, 2004). Dessa forma, as sementes crioulas desempenham um papel estratégico na conservação da agrobiodiversidade, na promoção da segurança alimentar e na construção de sistemas agrícolas mais sustentáveis e autônomos.

9

Além disso, a valorização das sementes crioulas está diretamente ligada à promoção da saúde e da nutrição. Muitas dessas variedades possuem características nutricionais superiores às variedades comerciais, além de contribuírem para a diversificação da dieta. A sua conservação e uso são incentivados por políticas públicas, como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) no Brasil, que reconhece a importância dessas sementes para a transição agroecológica e para a garantia de direitos dos agricultores (BRASIL, 2013).

7. O FEIJÃO CRIOULO COMO PATRIMÔNIO ALIMENTAR E CULTURAL

O feijão crioulo, mais do que um simples grão, constitui um exemplo significativo de cultura tradicional mantida e aprimorada por agricultores familiares ao longo de séculos. Sua diversidade genética e sua notável adaptação local não são meros acasos biológicos, mas sim o reflexo de processos históricos de seleção, conservação e intercâmbio de sementes que moldaram a agrobiodiversidade e a cultura alimentar de diversas regiões. Cada variedade de feijão crioulo carrega consigo uma história, um conjunto de saberes e um legado de resiliência

que o conecta diretamente às comunidades que o cultivam (BICA; MENGARELLI; ALVARES, 2020). Essa rica herança agrobiodiversa e o cultivo desse alimento básico constituem baluartes de soberania popular, demonstrando que a descentralização econômica e a autonomia sobre os meios de subsistência biológica blindam as comunidades locais contra as flutuações e crises induzidas pelo capitalismo financeiro globalizado (DOWBOR, 2017).

Estudos recentes, como o de Darella et al. (2024), indicam que essas variedades tradicionais apresentam um bom desempenho agrônomo, mesmo em condições adversas de solo e clima, o que reforça sua importância para sistemas produtivos sustentáveis e para a segurança alimentar em cenários de mudanças climáticas. A capacidade de adaptação do feijão crioulo a diferentes ecossistemas e a sua resistência natural a pragas e doenças o tornam uma alternativa valiosa frente às variedades comerciais, que frequentemente exigem um alto investimento em insumos e tecnologias para manter sua produtividade. Cientificamente, esse desempenho decorre do fato de que as variedades locais de feijão foram selecionadas em condições reais de manejo sustentável, apresentando tetos de rendimento estáveis e dependência nula de fertilizantes sintéticos agressivos (ALTIERI, 2012).

Além de sua relevância agrônoma, o feijão crioulo está profundamente inserido na cultura alimentar e nas práticas culinárias de diversas comunidades. Ele é a base de inúmeros pratos tradicionais que expressam identidades locais e regionais, sendo um ingrediente fundamental em festas, celebrações e no cotidiano das famílias. Conforme Montanari (2008), os alimentos tradicionais funcionam como elementos de memória coletiva, conectando o passado e o presente, e transmitindo valores culturais e sociais de geração em geração. A análise crítica da história rural revela que os aspectos puramente técnicos da produção agropecuária não se sustentam sem os seus eixos socioculturais constituintes, evidenciando que as práticas alimentares tradicionais operam como um elo indissolúvel entre a ciência agrícola e as demandas existenciais da própria sociedade (JOLLIVET, 1998). O feijão crioulo, nesse sentido, é um repositório de histórias, sabores e saberes que contribuem para a riqueza da gastronomia brasileira e para a valorização da culinária regional.

A preservação do feijão crioulo, portanto, transcende a dimensão puramente agrícola, configurando-se como um ato de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. A sua manutenção nos campos e nas mesas das famílias agricultoras é um testemunho vivo da capacidade humana de interagir de forma sustentável com a natureza, de adaptar-se aos desafios e de construir sistemas alimentares que são ao mesmo tempo produtivos, nutritivos e

culturalmente ricos. Assim, o feijão crioulo pode ser compreendido como um elo vital entre produção, cultura e território, um símbolo da resistência e da riqueza da agricultura familiar e da agrobiodiversidade brasileira (ZONIN et al., 2023).

8. TURISMO RURAL E VALORIZAÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR

O turismo rural tem se consolidado como uma estratégia promissora de diversificação econômica e social no meio rural, oferecendo alternativas de renda para as comunidades e permitindo a valorização de práticas culturais, saberes tradicionais e produtos locais. Longe de ser apenas uma atividade de lazer, o turismo rural promove a interação entre visitantes e comunidades rurais, proporcionando experiências autênticas e imersivas que resgatam a conexão com a natureza e com o modo de vida do campo. De forma conceitual, a abertura das propriedades rurais ao acolhimento e à pedagogia do turismo necessita fundamentar-se em princípios éticos de respeito mútuo, horizontalidade e desapego de visões puramente mercantis e urbanocêntricas, promovendo um encontro genuíno de saberes (FAZENDA, 2002).

De acordo com RUSCHMANN (2000), essa modalidade turística promove a integração entre visitantes e comunidades rurais, proporcionando experiências baseadas na autenticidade, na hospitalidade e no cotidiano do campo. O turista, ao visitar uma propriedade rural, não busca apenas paisagens bonitas, mas também a oportunidade de vivenciar a cultura local, participar de atividades agrícolas, conhecer o processo de produção de alimentos e interagir com os agricultores. Do ponto de vista pedagógico, esse encontro pedagógico-turístico transforma-se em um espaço de mútua formação e comunicação libertadora, desconstruindo visões elitistas sobre o meio rural ao oportunizar que o camponês compartilhe sua leitura de mundo expressa no manejo ético da terra (FREIRE, 1983). Essa troca de experiências contribui para a valorização do trabalho no campo e para a desmistificação da vida rural.

Nesse contexto, a gastronomia desempenha um papel central e cada vez mais relevante, pois permite ao turista vivenciar a cultura local por meio dos alimentos. A culinária regional, com seus sabores, aromas e técnicas de preparo, torna-se um atrativo poderoso, capaz de contar histórias e transmitir a identidade de um lugar. Conforme GIMENES-MINASSE (2023), a alimentação constitui um dos principais atrativos do turismo, especialmente quando associada a produtos tradicionais, orgânicos e de origem local. Esse movimento de valorização gastronômica territorial insere-se perfeitamente no conceito de desenvolvimento local

sustentável, estimulando circuitos curtos de economia nos quais a riqueza gerada circula e permanece retida no próprio território, mitigando a evasão financeira em direção às grandes corporações intermediárias (DOWBOR, 2017). O 'comer' no turismo rural transcende a mera nutrição, transformando-se em uma experiência cultural e sensorial que conecta o visitante à terra e às pessoas que a cultivam.

A valorização da cultura alimentar no turismo rural não se restringe apenas à degustação de pratos típicos, mas abrange também a participação em oficinas culinárias, a colheita de alimentos na roça, a visita a agroindústrias familiares e a compra direta de produtos frescos e processados. Essa interação direta com a cadeia produtiva fortalece a economia local, gera renda para os agricultores familiares e promove a conscientização sobre a importância da agricultura sustentável e da alimentação saudável (SANTOS; FONSECA, 2004). O turismo rural, ao integrar a gastronomia e a cultura alimentar, torna-se um vetor de desenvolvimento que respeita as tradições, valoriza os produtores e oferece experiências enriquecedoras para os visitantes.

9. FEIJÃO CRIOULO COMO POTENCIAL NO TURISMO RURAL

A inserção do feijão crioulo no contexto do turismo rural representa uma oportunidade multifacetada de valorização da agrobiodiversidade, de fortalecimento das economias locais e de promoção da cultura alimentar. Este grão, com sua rica história e diversidade genética, pode ser transformado em um elemento central de experiências turísticas autênticas, atraindo visitantes interessados em conhecer e vivenciar as tradições do campo. O redesenho das propriedades para o acolhimento turístico a partir do feijão crioulo demonstra a aplicação prática do pensamento sistêmico na sustentabilidade rural, onde o resgate de um recurso biológico tradicional atua de forma integrada sobre a geração de renda, a conservação ecológica e o revigoramento cultural comunitário (CAPRA, 2002).

Esse processo de integração do feijão crioulo no turismo rural pode ocorrer por meio de diversas estratégias. A oferta de experiências gastronômicas, por exemplo, pode incluir a degustação de pratos típicos à base de feijão crioulo em restaurantes rurais, a participação em oficinas culinárias que ensinem o preparo de receitas tradicionais, ou a realização de festivais gastronômicos temáticos. Tais iniciativas não apenas promovem o consumo do produto, mas também educam os visitantes sobre sua importância cultural e nutricional. Além disso, a participação em atividades agrícolas, como a colheita do feijão crioulo, a visita a bancos de sementes comunitários e a interação com os agricultores familiares, oferece uma imersão

profunda na realidade do campo, conectando o turista com a origem do alimento e com os saberes ancestrais (CAPPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010). Ao utilizar metodologias que valorizam a história oral e as memórias das famílias camponesas nesses roteiros, o turismo rural resgata aspectos intangíveis do vivido que as fontes puramente técnicas de documentação histórica não conseguem registrar (CAPPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010).

Nesse sentido, o feijão crioulo deixa de ser apenas um produto agrícola e passa a ser um elemento de experiência turística, contribuindo significativamente para a construção de identidades territoriais e para a geração de renda para as comunidades rurais. A narrativa em torno do feijão crioulo – sua história, suas variedades, seus modos de cultivo e seus usos culinários – pode ser explorada para criar roteiros turísticos temáticos, agregando valor ao produto e diferenciando a oferta turística da região. A venda direta de sementes e produtos derivados do feijão crioulo para os turistas também representa uma importante fonte de renda adicional para os agricultores. Sob a perspectiva da ecologia agrossocial, essa comercialização direta fortalece a autonomia camponesa perante as cadeias monopolistas de insumos, gerando estabilidade financeira a partir da própria agrobiodiversidade resguardada (ALTIERI, 2012).

Além disso, essa integração favorece a valorização dos agricultores familiares, reconhecendo seu papel fundamental na conservação da biodiversidade e na produção de alimentos de qualidade. Ao se tornarem protagonistas da experiência turística, os agricultores têm a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos, suas histórias e sua paixão pela terra, fortalecendo sua autoestima e sua identidade cultural. O turismo rural, ao promover a conexão entre o feijão crioulo, a cultura alimentar e as comunidades rurais, torna-se um instrumento poderoso para o desenvolvimento local sustentável, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais para todos os envolvidos (ZONIN et al., 2023).

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aprofundada realizada neste estudo demonstra, de forma inequívoca, que a agricultura familiar, em sua intrínseca conexão com a agricultura de subsistência e o uso e conservação de sementes crioulas, constitui a base fundamental para a construção de um desenvolvimento rural verdadeiramente sustentável. Longe de ser um modelo obsoleto, a agricultura familiar emerge como uma solução robusta e multifacetada para os desafios contemporâneos relacionados à segurança alimentar, à conservação ambiental e à promoção da justiça social.

Ao longo das seções, evidenciou-se que a agricultura familiar não se restringe à mera produção de alimentos, mas abrange uma complexa teia de relações sociais, culturais e ecológicas. Sua capacidade de promover a diversificação produtiva, a resiliência dos sistemas agrícolas e a valorização dos saberes tradicionais a posiciona como um ator estratégico na transição para modelos agroecológicos. A agricultura de subsistência, por sua vez, reforça a autonomia dos agricultores e a segurança alimentar local, enquanto as sementes crioulas representam o patrimônio genético e cultural essencial para a adaptação e a sustentabilidade dos agroecossistemas.

O feijão crioulo, em particular, destacou-se como um elemento integrador e emblemático dessas dinâmicas. Sua relevância transcende o valor nutricional, configurando-se como um patrimônio alimentar e cultural que conecta gerações, preserva a agrobiodiversidade e expressa a identidade de comunidades rurais. A pesquisa demonstrou que o feijão crioulo possui um potencial significativo para inserção no turismo rural, não apenas como um produto a ser consumido, mas como um vetor de experiências autênticas que valorizam a cultura local, os saberes tradicionais e o trabalho dos agricultores familiares.

A articulação entre a produção tradicional, a cultura alimentar e o turismo rural emerge, portanto, como uma estratégia promissora para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável. Essa sinergia não só gera novas oportunidades de renda e fortalece as economias locais, mas também promove a valorização do campo, a conservação da biodiversidade e a construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e resilientes. A valorização desses sistemas produtivos e culturais é um passo crucial para a construção de um futuro mais equitativo, onde a produção de alimentos esteja em harmonia com a preservação do meio ambiente e o bem-estar das comunidades.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Em consonância com as práticas éticas e as diretrizes de transparência preconizadas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2026), declara-se que a redação deste trabalho contou com o suporte de inteligência artificial generativa, utilizando-se especificamente o modelo de linguagem NotebookLM. O emprego da tecnologia restringiu-se à revisão gramatical e à adequação estilística, de modo que a integridade dos dados e a autoria intelectual permanecem sob total responsabilidade dos autores.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 325p.
- BICA, G. S.; MENGARELLI, R. R.; ALVARES, S. M. R. (Coord.). **Agroecologia nas escolas públicas: educação ambiental e resgate dos saberes populares: caderno de metodologias**. Matinhos: UFPR Litoral, 2020. 34p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsável de Inteligência Artificial na Educação**. Brasília: MEC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/segape/referencial-oficial-pt.pdf>. Acesso em: 21 maio 2026.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Brasília, DF: MDA, 2013. 5p.
- CAPPELLE, M. C. A.; BORGES, C. L. P.; MIRANDA, A. R. A. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002. 296p.
- CAPRA, F. Sociedade Sustentável. **Revista CREA-PR**, Curitiba, ano 7, n. 31, p. 22 – 29, 2004.
- CASTRO, C. N.; FREITAS, R. E. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021. 41p.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome: O dilema brasileiro - pão ou aço**. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 348p.
- DARELLA, J. P.; DA SILVA, G. T. C.; DA SILVA, G. A. G.; GAROFOLO, S. A. Qualidade sanitária e fisiológica de feijão crioulo variedade Capixaba tratado com óleos essenciais e armazenado em temperatura ambiente. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320p.
- FAO. The State of Food and Agriculture 2014: **Innovation in family farming**. Rome: FAO, 2014.
- FAVARATO, L. F.; JARRETA, J. F. Tecnologia, tradição e sustentabilidade: perfil de agricultores familiares capixabas na cultura do feijão. **Revista Intelletto**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2025.
- FAZENDA, I. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 275p.
- FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, v. 15, n. 4, p. 19 – 25, 1984.

- FISCHLER, C. **El (omnívoro): El gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995. 211p.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.
- GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Turismo gastronômico: conceitos & características. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 17, e-2791, 2023.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JOLLIVET, M. A 'vocalização' da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5-25, 1998.
- MALUF, R. S.; PRADO, B. **Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional**. Seropédica: CERESAN/CPDA/UFRJ, 2015. 62p.
- MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5. ed. rev. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. 154p.
- MARTINS, C. M. S. S.; LIMA, F. A. X.; BOMFIM, Z. Á. C. A política nacional de agroecologia e produção orgânica e sua execução em três tempos. **Interações** (Campo Grande), v. 26, e26124375, 2025.
- MONTANARI, M. **Comer como cultura**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
- ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. 41p.
- RUSCHMANN, D. V. de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 63-73.
- SANTOS, L. C. R.; FONSECA, M. F. (Org.). **Construindo a certificação participativa em rede no Brasil**. Florianópolis: GAO, 2004. 44p.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 84p.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2001. 239p.
- ZONIN, W. J.; MATTIA, V.; DOS SANTOS, N. C.; CARNIATTO, I. **50 anos de Estocolmo-72, 30 anos da Rio-92, 10 anos do PPGDRS: uma análise sobre o III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável**. Curitiba: Editora CRV, 2023. 340p.